

A gênese política dos agricultores familiares no Brasil. Uma análise a partir do caso do rio grande do sul.

Everton Lazzaretti Picolotto.

Cita:

Everton Lazzaretti Picolotto (2009). *A gênese política dos agricultores familiares no Brasil. Uma análise a partir do caso do rio grande do sul.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1583>

A gênese política dos agricultores familiares no Brasil

Uma análise a partir do caso do rio grande do sul

Everton Lazzaretti Picolotto¹

A situação de maior reconhecimento sócio-político dos agricultores familiares é recente na história brasileira. Constituiu-se, principalmente, com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento dos Agricultores Familiares) em 1996 e outras políticas públicas que o seguiram, com a formação de fortes atores políticos de representação da categoria social e com a promulgação da Lei da Agricultura Familiar em 2006. Cabe-se questionar, como se chegou a tal reconhecimento? O objetivo deste artigo é investigar como “se fez” a categoria dos agricultores familiares como sujeito político no Brasil, tomando particularmente o caso do estado do Rio Grande do Sul (RS) como unidade empírica de pesquisa.

¹ Sociólogo, Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista da FAPERJ. E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br.

A noção de “experiência” é o caminho metodológico adotado por Thompson (1987) para fazer a ligação entre o ser e a consciência, a transmutação da estrutura em processo. Segundo ele, as categorias sociais se constituem a partir da experiência concreta de sua produção enquanto agente. Nesse sentido, a “experiência” de um grupo social deve ser entendida como o conjunto de vivências históricas anteriores e suas heranças culturais, que com suas rupturas e continuidades, fornecem sentidos e identidades (inscritas em tradições, costumes, valores e ideais) aos indivíduos ou aos grupos sociais, que iluminam as suas ações, permitem o pensar sobre si mesmos e o seu “fazer-se” enquanto um grupo social particular, sempre em relação a outros grupos.

Primeiras experiências de organização

No estado do Rio Grande do Sul (RS), no final do século XIX foram criadas as primeiras experiências de organização com intuito de desenvolver a agricultura e formar uma representação política dos “colonos” (imigrantes de origem européia). Em 1899 foi fundada por colonos de origem alemã a Associação Riograndense de Agricultores para estimular o aprimoramento socioeconômico e técnico da agricultura e representar os interesses dos agricultores. Por pressão do governo estadual a Associação foi fracionada e convertida em sindicatos agrícolas em 1909, porém, esse formato de organização tutelada pelo governo não prosperou. Em 1912, os colonos alemães católicos se rearticularam em uma nova organização de âmbito estadual chamada de Sociedade União Popular para os Católicos Teuto-brasileiros e, em 1929, sob a influência dos colonos de origem alemã luteranos foi formada a Liga das Uniões Coloniais do RS que viria a se constituir como um sindicato central de âmbito estadual em 1932 (Ertzogue, 1992; Schallenberger, 2007).

Paralelamente a estas experiências, também teve destaque a construção de cooperativas agrícolas entre os colonos de origem italiana na Serra e no Planalto Gaúcho. Em 1911 com o patrocínio do Ministério da Agricultura, da Sociedade Nacional da Agricultura e do governo do estado deu-se início à organização de cooperativas entre os colonos produtores de uva, vinho, leite, banha, etc. Mesmo que este movimento inicial de formação de cooperativas tenha fracassado quase que completamente (do ponto de vista econômico), gerou-se uma experiência de associação entre os colonos, experiência de organização para resolver os seus problemas coletivos. Esta experiência cooperativista se recriou alguns anos depois (a partir de 1929) de forma autônoma entre os colonos de boa parte do estado e se consolidou como uma das principais formas de organização socioeconômica e de manifestação dos interesses dos colonos no RS (Monserrat, 1988).

Estas organizações se construíram com objetivo de desenvolver a agricultura “colonial” e representar os interesses dos colonos perante o Estado, ao passo, que também procuraram se diferenciar de outros sujeitos sociais, tais como: os pecuaristas, grandes proprietários rurais, e os “caboclos”. Deram início a um processo de mobilização da identidade de “colono”, diferenciando-se da categoria dos “pecuaristas” (que haviam construído a Federação das Associações Rurais do RS – FARSUL, como órgão de classe) e da categoria dos “caboclos”, atribuída aos descendentes de escravos, índios e brancos miscigenados.

Mesmo que algumas das organizações de colonos tenham deixado de existir ou se transformado no período posterior aos anos de 1940 (quando as organizações consideradas de estrangeiros foram perseguidas durante a Segunda Guerra Mundial), a identidade de colono continuou a ser usada como linguagem social e política. Seja nas cooperativas, seja nas associações civis ou nas comunidades religiosas, a identificação do colono como sinônimo de pequeno agricultor autônomo de ascendência européia (alemã ou italiana) continuou corrente.

Formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais e início da luta por reforma agrária

Desde os anos de 1950 estavam se fortalecendo organizações de camponeses e assalariados rurais em nível nacional, com a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954, com a articulação das Ligas Camponesas e com a formação do sindicalismo cristão. Estas organizações contaram com a mediação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica. Como resultado do acúmulo organizativo destes atores foi fundada em 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Medeiros, 1989).

A rearticulação dos colonos no RS em uma nova organização estadual somente se efetivou no princípio dos anos 60, quando um novo ator entra em campo. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) inicia sua estruturação em 1960, a partir de conflitos de posseiros em luta para permanecer na terra e logo se expande também para áreas de colonos do centro-norte do RS, como na formação de um grande acampamento no município de Sarandi em 1962. Essas ações do MASTER logo foram seguidas de um novo ciclo de (re)organização política dos colonos motivada pela Igreja Católica e apoiada pela Luterana. Em 1961 foi criada a Frente Agrária Gaúcha (FAG), que se aproveitando da estrutura e da legitimidade destas igrejas e das experiências anteriores de organização dos colonos rapidamente se estruturou em boa parte do estado, contando principalmente com os colonos em sua base, mas também com assalariados rurais.

Enquanto o MASTER procurava mobilizar os posseiros, arrendatários e colonos sem terra que se identificavam com a luta pela terra ou pela reforma agrária (para isso recebeu apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – que ocupava o governo do estado e do PCB) (Eckert, 1984), a FAG procurou mobilizar principalmente os colonos “com terra”, pequenos proprietários, visando desenvolver um sindicalismo cristão que defendesse os seus interesses e os afastasse das “ideologias estranhas” (comunismo) ao meio rural (FAG, 1977). O sindicalismo organizado pela FAG deu origem a Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RS), fundada em 1963.

Com o golpe militar de 1964 muitas organizações foram perseguidas e desarticuladas, tendo sido relativamente preservado o sindicalismo cristão reconhecido pelo Estado. No RS a estrutura sindical formada pela FAG e assumida pela FETAG manteve-se e foi ampliada nos anos que se seguiram ao golpe, quando esta assumiu a execução de alguns serviços assistenciais como: assistência técnica, saúde e previdência social.

Nessa estrutura sindical ganharam relevância política os colonos (mesmo que essa identidade tenha sido substituída por outras, tais como: “pequeno proprietário” e “trabalhador rural”), tendo em vista que os assalariados, posseiros e arrendatários não foram o alvo principal de organização da FETAG (Maduro, 1990).

Redemocratização e emergência de novos atores no campo

Entretanto, esta situação de proximidade da FETAG com os governos sofreu abalos a partir do final dos anos 70, quando diminuem os recursos para os serviços prestados aos agricultores, as consequências da crise econômica do período afetaram fortemente os pequenos produtores do estado, requerendo ações mais críticas e surgiram movimentos de questionamento das práticas da Federação, levantando novas pautas, identidades e formas de ação política.

Um motivador de críticas foi o setor católico ligado a Teologia da Libertação que nesse momento tinha um amplo trabalho eclesial (no meio rural se destacou o trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT, criada em 1975). Surgiram os “sem terra” e os “atingidos por barragens” reivindicando terras e as “mulheres trabalhadoras rurais” levantando a bandeira do reconhecimento de direitos das mulheres agricultoras. Também surgiu uma articulação dentro do sindicalismo que passou a questionar as práticas da FETAG e disputar a sua estrutura, tendo vindo a formar o setor

rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT, fundada em 1983). Nesse processo, foram formados novos atores políticos, tais como: O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organizado a partir de 1978, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), fundado em 1989.

Os colonos que não participaram diretamente da formação de novas organizações por fora do sindicalismo, nos anos 80 fortaleceram a identidade política de “pequeno produtor” em oposição à de “grande produtor”. Procuram fortalecer a constituição de um “nós coletivo” de pequeno produtor contrapondo-se aos grandes produtores, fazendo uso de uma “identidade contrastiva” – como se refere Cardoso de Oliveira (2006) – passaram a reivindicar o seu reconhecimento e as suas especificidades. Passaram a requerer maior atenção do Estado em matéria de políticas públicas, iniciaram experiências de tecnologias alternativas visando propor um novo modelo de agricultura e deram início a um processo de afirmação da importância socioeconômica da pequena produção na oferta de alimentos para o mercado interno (Graziano da Silva *et al.*, 1978; Medeiros, 2001). Nesse processo, ocorreu um aumento da importância dos pequenos produtores no interior do sindicalismo, particularmente os das regiões coloniais do RS, Santa Catarina e Paraná e os dos municípios próximos da Transamazônica no Pará (Favareto, 2006). Esse aumento da importância dos pequenos produtores no interior do sindicalismo aparenta que esteve relacionado ao seu crescimento político nas estruturas sindicais. Na CUT, por exemplo, desde sua fundação existiu uma secretaria “dos rurais”, no final dos anos 80 essa secretaria foi transformada no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e foram organizados departamentos semelhantes nos estados, aumentando a importância dos pequenos produtores no interior da Central.

Emergência dos “agricultores familiares” e reorganização da representação política

No início dos anos 90, esse processo de emergência dos pequenos produtores na cena política passou a ganhar novos contornos, com a formação da identidade política de *agricultor familiar*. Para Medeiros (2001), a afirmação da identidade de agricultor familiar, relaciona-se (além do aumento da importância dos “pequenos produtores” no interior do sindicalismo, já destacada, e do declínio da importância política dos assalariados) à reivindicação destes agricultores por um “novo modelo de desenvolvimento” centrado na agricultura familiar; às atividades de formação e intercâmbios com países europeus visando conhecer suas experiências; à criação de políticas

públicas específicas como o PRONAF. Também teve papel central na afirmação desta nova identidade a *ressignificação social* do colono ou pequeno produtor em “agricultor familiar” assessorada por alguns mediadores sociais, tais como: o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e a CPT ligados a Igreja Católica, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) ligado a Igreja Luterana, o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) criado pelos cutistas, universidades, entre outros.

A existência desse conjunto de mediadores por si só já evidencia que a construção da categoria agricultura familiar não foi uma invenção isolada do sindicalismo, mas sim uma construção coletiva, mediada ou assessorada, por diferentes organizações que emprestaram seus diferentes capitais para consolidar esta categoria política. Nesse sentido, o processo de formação da identidade e do projeto da agricultura familiar teve “várias mãos” e constitui-se como uma junção de esforços de diferentes organizações que realizaram vários estudos e experiências de organização socioeconômicas e de tecnologias alternativas e que, em seu conjunto, convergiram para a formação de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural” (DETR-RS/CUT, 1993).

A ação desse conjunto de atores inter-relacionada com as experiências anteriores de organização socioeconômicas e políticas dos colonos ou pequenos produtores foram capazes de articular uma “rede” de pequenos grupos de indivíduos dispostos a experimentarem novas práticas produtivas e de organizações sócio-política. Com a articulação desta rede, constitui-se um “movimento social” para promover a valorização da pequena agricultura nas regiões coloniais da região Sul. Segundo define Melucci (1989, p.61), “a situação normal do ‘movimento’ é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural”. O conjunto de ações promovidas pelos “pequenos grupos” de colonos, assessoradas por organizações que promoviam o desenvolvimento de conhecimentos técnicos conseguiu produzir algumas “inovações culturais”, dentre elas, a mais importante, foi a resignificação cultural da agricultura praticada pelos colonos, que passou a ser chamada de *agricultura familiar*. Com essa inovação novas possibilidades se abriram, pois estava emergindo uma nova forma de conceber os agricultores familiares.

A identidade política de agricultor familiar que passou a ser construída pelo DNTR/CUT e pela CONTAG procurou através de uma nova síntese de outras identidades anteriores propor uma identificação nacional para o segmento dos pequenos produtores, uma nova identificação que embutiu em seu projeto a valorização dos agricultores familiares no cenário nacional.

Na CONTAG ocorreu um processo de redefinição da identidade política dos pequenos produtores (ou também chamados de “trabalhadores rurais”) em agricultores familiares e um aumento de sua importância política no interior da estrutura sindical em detrimento dos assalariados rurais. No setor rural da CUT o processo foi bem mais complexo, pois se num primeiro momento os cutistas acompanham a CONTAG (em 1995 a CONTAG se filiou na CUT e os setores cutistas rurais entraram na estrutura da CONTAG), no final dos anos 90 alguns setores da CUT tomaram caminhos diversos da CONTAG e inclusive romperam com esta última, passando a construir um sindicalismo específico dos agricultores familiares. No Sul do Brasil, um primeiro ato de rompimento com a estrutura sindical oficial se deu com criação de uma federação estadual dos agricultores familiares em Santa Catarina (FETRAFESC), em 1997; no âmbito da região Sul foi constituída a Frente Sul da Agricultura Familiar, em 1999, como uma organização promotora da agricultura familiar na região; em 2001, durante a realização do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, fundou-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), como uma organização sindical da agricultura familiar da região, com vinculação cutista; e, por fim, o maior ato de construção deste sindicalismo da agricultura familiar se deu com a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil), no ano de 2005.

Além dessa disputa entre CONTAG e FETRAF pela representação dos agricultores familiares, também concorre com estes atores um conjunto de outros atores que formam a seção brasileira da Via Campesina e constroem a identidade política de “camponês”. A Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponês que procuram criar um projeto de agricultura camponesa em nível global, contrapondo-se aos “transgênicos”, ao domínio do capital financeiro na agricultura e ao agronegócio. No Brasil, desde final dos anos 90, o MST, o MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) formaram a seção brasileira da Via Campesina.

As disputas entre os atores representantes de grupos de agricultores e as identidades políticas que usam para identificar as bases podem ser associadas ao que Bourdieu (2007) chama de “campo político”. Se os defensores da identidade política de agricultor familiar têm procurado se construir em cima da idéia de que são os agricultores familiares que produzem a maior parte dos alimentos para o consumo interno, que são eficientes e modernos e têm procurado desenvolver o que chamam de um “modelo alternativo de desenvolvimento rural” frente ao modelo das grandes explorações agropecuárias. Os promotores da identidade de camponês têm procurado se basear na defesa da biodiversidade, das sementes, das culturas tradicionais em contraponto as empresas

transnacionais que atuam na agropecuária e as sementes geneticamente modificadas (transgênicos) e têm proposto um modelo de agricultura que chamam de “via camponesa” (agroecologia) em contraposição ao modelo das grandes empresas capitalistas (agronegócio). Obviamente que estas são as bandeiras que mais são destacadas pelos atores para se diferenciar na luta política, não existindo, entretanto, uma linha divisória rígida entre as de um e as outro. Porém, mesmo que estas pautas não são incompatíveis, correspondem a propostas políticas distintas que apontam para campos de alianças e de oposições diferenciados.

De outra parte, ainda existe uma disputa de todos estes atores e identidades com as organizações patronais (FARSUL no caso do RS) que procuram trabalhar com a identidade de “produtor rural” e que, em muitos casos, é estendida para todos os agricultores, sejam eles pequenos ou grandes.

Experiência histórica, projeto e identidade da agricultura familiar

As experiências desenvolvidas pelos agricultores de base familiar no Sul do Brasil tiveram forte influência na conformação da *identidade política de agricultor familiar* e o projeto a ela associado. Normalmente a literatura destaca essa importância remetendo as experiências que o sindicalismo rural da CUT e os demais atores surgidos desde o final dos anos 70 tiveram no desenvolvimento de novas organizações socioeconômicas (cooperativas de produção, associações de cooperação agrícola, comunidades eclesiais de base, experimentação de tecnologias alternativas, etc.) e sobre o seu pioneirismo na construção do projeto de “desenvolvimento rural alternativo”. Entretanto, essa leitura aparenta captar apenas parcialmente as experiências dos agricultores que deram origem a este projeto alternativo e a identidade de agricultor familiar, uma vez que estas experiências são resultados de um processo bem mais longo de experimentação histórica do segmento social dos colonos e outros (como os caboclos). Assim, a gênese da agricultura familiar deve ser buscada nas experiências de agricultura e de organização sócio-política destes agricultores, iniciada ainda no século XIX. Obviamente que estes formatos de agricultura foram sendo transformados no decorrer de sua trajetória, entretanto, o lugar social que o projeto da agricultura familiar busca alcançar na sociedade nacional atual guarda alguns fios de continuidade com o projeto inicial de formação de colônias agrícolas no Sul do Brasil, quando se almejava formar um segmento de agricultores para abastecer o mercado interno de alimentos. Um dos principais pontos do projeto construído pelas organizações de agricultores familiares da atualidade é serem reconhecidos por produzirem

alimentos para o mercado interno (podendo ser associado a uma atualização da “missão histórica” que foi atribuída aos colonos no século XIX e início do XX). Além disso, certamente essa tentativa de consolidar os agricultores familiares como os grandes produtores de alimentos para o mercado interno visa também contrapor-se ao resultado econômico alcançado pelos grandes produtores de *commodities* de exportação (que permitem saldos positivos na balança comercial brasileira). Numa luta simbólica os agricultores familiares afirmam que são os responsáveis pela alimentação do “povo brasileiro” e que os grandes produtores só têm interesse em produzir para exportação, para ganhar dinheiro, sem preocupação com a alimentação dos brasileiros.

Por fim, ainda vale destacar que com a formação da identidade política de agricultor familiar algumas organizações de representação que a adotaram acabaram tecendo laços de cooperação (mesmo que temporários) que acabaram fortalecendo essa identidade a o *sujeito social* associado a ela que foi promovido. Dessa forma, os agricultores familiares emergiram na cena política brasileira como resultado tanto de uma trajetória de organização socioeconômica deste segmento de agricultores, quanto pelos rearranjos políticos realizados nos anos 80 e 90 pelas suas organizações de representação e pelo Estado.

Referências

- o BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- o CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- o DETR-RS/CUT. *Resoluções II Congresso Estadual: organizando a produção e construindo um novo sindicalismo*. Passo Fundo, 1993 (Mimeo).
- o ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguaí: CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 1984.
- o ERTZOGUE, Maria H. *Formação dos sindicatos agrícola no Rio Grande do Sul durante a 1ª fase do governo Borges de Medeiros (1905-1909)*. Porto Alegre: PUC-RS (Dissertação de Mestrado), 1992.
- o FAG. *Queremos ser gente: um movimento de agricultores cristãos*. Porto Alegre: FAG, 1977.
- o FAVARETO, Arilson. S. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 21 nº. 62, 2006.
- o GRAZIANO DA SILVA, José (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- o MADURO, Acácia M. R. *A prática sindical da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 1990.
- o MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- o _____. "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- o MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua nova*, n. 17, 1989.
- o MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana, *Perspectiva econômica*, v.23, n.61, 1988 (Serie cooperativismo).
- o SCHALLENBERGER, Ernelo. *Associativismo e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil*. Cascavel: Editora Unioeste, 2007 (no prelo).
- o THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 volumes).